



## Draft

----- Mandato 2017/2021 -----

----- Conferência de Representantes dos Grupos Municipais -----

----- Ata Número Trinta e Oito -----

Aos oito dias do mês de julho de dois mil e dezanove reuniu, na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo. -----

----- Às catorze horas e quarenta minutos, a Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1. Aprovação da ata nº 33, de 08.04.2019 (doc 1); -----
- 2. Preparação da reunião plenária de 09.07.2019 (doc. 2) -----
- 3. Lista de matérias e assuntos pendentes (doc. 3) -----
- 4. Atualização do Calendário (doc. 4) -----
- 5. Metodologia para conclusão da análise do Regimento -----
- 6. Outros assuntos; -----

**Ponto 1 – Aprovação da ata nº 33, de 08.04.2019 (doc 1);**-----

----- **A Senhora Presidente** deu início à reunião, referindo que a **ata nº 33** tinha sido distribuída e perguntou se alguém tinha alguma dificuldade em relação à mesma. Se houvesse alguma correção, entretanto, que lhe fizessem chegar. Iria, portanto, colocar a **Ata nº 33** à votação. Não houve votos contra, nem abstenções, pelo que a **Ata nº 33** foi **Aprovada por Unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que não estiveram presentes na reunião de oito de abril. -----

----- Informou que iria propor um procedimento o qual iria adotar no sentido de facilitar os serviços, tendo em vista uma alteração que gostaria que ficasse no regimento, e que era a seguinte:-----

----- Tinham o problema de terem as atas, as quais eram elaboradas de forma integral, e que por isso demoravam sempre algum tempo a concluir. Mas que havia decisões que tomavam ali, consensualmente, a Mesa ouvia a Conferência de Representantes e que decidia, mas que depois não havia registo nenhum, em minuta, daquelas decisões, pelo que pensava que aquele registo seria útil e que, portanto, independentemente de tomarem qualquer decisão, iria ter o cuidado de aquilo que iriam falando ali, ao chegar ao fim do ponto, ditaria para efeitos de ata, sobre determinado assunto, o que tinha ficado decidido. Daquela forma, os serviços iriam conseguir extrair aqueles pontos para que pudessem ser distribuídos, nomeadamente, aos Senhores Deputados Independentes, e colocar no *site*, para que pudessem tomar conhecimento daquilo que a Conferência de Representantes tinha determinado. -----

----- Achava que aquela era uma boa prática para que todos soubessem o que estavam ali a decidir. -----



----- Se não vissem inconvenientes, seria daquela forma que passaria a fazer. -----  
----- Assim, concluiu que relativamente às atas era consensual que quem estivesse a dirigir a Conferência de Representantes procurasse ditar para a ata, no final de cada ponto, o que tinha ficado assente sobre aquela matéria. -----  
----- Ficava, daquela forma, assente que seria aquele o procedimento que tinha descrito sobre as atas da Conferência de Representantes. -----  
----- Salientou que, de futuro, pretendia ter atas em minuta da Conferência de Representantes e que tal deveria ser colocado no Regimento da Assembleia Municipal. ----  
**Ponto 2. Preparação da reunião plenária de 09.07.2019 (doc. 2);**-----  
----- **A Senhora Presidente** referiu que tinha colocado as Perguntas à Câmara em primeiro lugar. Achou que deveria colocá-las logo no início uma vez que o que estava previsto para aquela reunião era aquela matéria. -----  
----- Comunicou que havia um pedido da Câmara para a continuação do contrato com o Banco Europeu de Investimentos. -----  
----- Referiu que havia uma proposta que tinha sido aprovada em Câmara, e que era uma proposta do CDS-PP. Mas que tinha sido aprovada, em Câmara, uma alteração do programa que a Câmara tinha para as lojas municipais e para os espaços comerciais nos bairros. -----  
----- Havia, também, uma repartição de encargos. Melhor, duas repartições de encargos, e tinham, também, uma moção e uma recomendação que estavam pendentes pois tinham vindo de reuniões anteriores. -----  
----- Relativamente ao BE, a moção anterior do BE tinha ficado, em termos de votação, empatada e deveria ter sido desempatada na reunião seguinte. Mas, entretanto, o BE tinha apresentado um novo texto daquela moção, pelo que tinha entendido que não tinha de desempatar uma coisa que já não existia. Assim, tinha agendado o novo texto. -----  
----- Sobre aquela ordem de trabalhos perguntou se havia dúvidas. -----  
----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN)** referiu que o PAN tinha apresentado, na semana anterior, uma moção mas como havia, por arrastamento de um dos pontos da ordem de trabalhos, a dúvida se era compatível a questão da possibilidade de arrastamento no âmbito das Declarações Políticas com o limite, depois, dos dois documentos, uma moção e uma recomendação, em consenso entre o Grupo Municipal do PAN e o Senhor Presidente em exercício, de retirarem para aquele momento a questão da recomendação apresentada, tendo ficado acordado que ficaria para uma sessão seguinte, em POD. Mas que, a mesma, não tinha sido agendada. -----  
----- **A Senhora Presidente** respondeu que não lhe tinha sido dada aquela informação. Que não tinha conhecimento daquela situação. Perguntou se tinha ficado acordado no Plenário. -----  
----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN)** respondeu que sim, com o Senhor Presidente em exercício, que tinha sido aquele o pedido que lhe tinha feito. -----



----- **A Senhora Presidente** referiu que não lhe tinha sido transmitida aquela informação, mas se estava acordado era muito simples, far-se-ia um aditamento àquela ordem de trabalhos com aquela moção, na sua ordem normal. -----

----- Portanto, iriam elaborar o aditamento àquela ordem de trabalhos. -----

**Ponto 3. Lista de matérias e assuntos pendentes (doc. 3)** -----

----- **A Senhora Presidente** continuou, referindo que tinham uma série de petições mas que naquela altura era muito difícil os peticionários comparecerem, uma vez que muitos se encontravam em período de férias.-----

----- Assim, sugeriu que as petições que estivessem prontas transitassem para setembro, logo que pudessem ser agendadas, pois havia várias que estavam já prontas. E iriam aproveitar aquelas últimas reuniões de julho para concluírem as matérias que já se encontravam prontas por parte das comissões e em condições de serem discutidas. -----

----- Havia duas, ou três matérias que poderiam levar mais tempo. Não tinha tido tempo de analisar todas as propostas, e só não tinha agendado as mesmas porque precisava de ver qual seria a grelha compatível. Tratava-se de uma Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa, e de uma alteração a um regulamento, mas que iriam ver, de seguida, a lista de pendentes. -----

----- Começou por referir que o que tinham pendente nas propostas da Câmara, de entradas, era a apreciação das contas, Apreciação do Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas – 2018, que demorava sempre um tempo, pelo que não poderia ser colocado numa ordem de trabalhos com outros assuntos. -----

----- Tinham, igualmente, a Alteração Simplificada do PUALZE, e que sobre aquele assunto tinha novidades para transmitir ali. E tinham, também, uma segunda proposta sobre o PUALZE. -----

----- Tinham uma Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal, e uma Alteração ao Regulamento Municipal para Reconversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal. -----

----- E, ainda, a Estratégia Local de Habitação.-----

----- Todas aquelas matérias teriam que ser analisadas por si, ver exatamente o tempo que teriam que ter de grelha, para discussão, porque não eram matérias para serem votadas em três minutos.-----

----- Referiu que para além da reunião do dia seguinte, iriam ter mais duas reuniões, dias 16 e 23 de julho, pelo que iria encaixar todas aquelas matérias até ao dia 23 de julho. -----

----- No entanto, disse que tinha novidades sobre o PUALZE. Duas novidades de diferente ordem. -----

----- Referiu que tinha pedido uma reunião com a 3ª Comissão Permanente que, ainda, não se tinha realizado, mas que pensava que iria realizar-se em breve, sendo que a primeira questão sobre o PUALZE era que a Câmara tinha aprovado uma alteração da Proposta nº 525/CM/2018, quando aquela proposta ainda não tinha sido aprovada. Portanto, tinha naquele momento duas propostas sobre o mesmo assunto, sendo que uma era posterior à outra, era parcial, era uma alteração parcial. -----



----- Disse que, ainda, não tinha dado despacho àquele assunto sem saber se podia aprovar uma alteração á proposta sem ter aprovado a proposta. Tinha dúvidas sobre aquela situação. -----

----- Mas o que importava, e tinha sido ali que o PUALZE tinha encalhado, sendo que o Senhor Presidente em exercício tinha pedido um parecer ao Departamento Jurídico da Câmara o qual referiu que não havia fundamento jurídico para aquilo que estava a pedir, que se tratava de uma avaliação do diferencial do valor de mercado, sobre aquela matéria. -

----- Entretanto, apercebeu-se que não estava a explicar bem as coisas porque a Lei de Bases da Política de Solos e Ordenamento do Território tinha um artigo muito importante sobre a igualdade na repartição dos benefícios, e que era um artigo que obrigava a todos os planos territoriais de âmbito municipal, a terem previsto um mecanismo de distribuição das mais-valias urbanísticas equitativamente por todos os participantes, ou afetas a uma finalidade social, e tal não tinha sido feito pelos serviços da Câmara e que deveria ter sido feito. Porque havendo óbvias mais-valias urbanísticas ao intervir naquele terreno e mudar os usos, ninguém as tinha analisado, ninguém disse como tal seria aplicado naquela unidade de execução, em igualdade para todos. Não era uns mais, e outros menos. Teria que ser uma repartição em igualdade para todos. Nada daquilo tinha sido feito. -----

----- Informou que o Departamento Jurídico também não tinha dado conta daquela falha.-

----- Também, a próprias não se tinha apercebido. Só há pouco tempo, é que tinha estudado um outro assunto e teve que estudar com muito cuidado a Lei de Bases dos Solos e Ordenamento do Território e apercebeu-se que havia aquela lacuna legal. -----

----- Entretanto, colocou o problema à 3ª Comissão Permanente, e o que gostaria de transmitir ali era que iria propor à 3ª Comissão que fizesse uma recomendação à Câmara, que fossem devolvidas as duas propostas à Câmara e que fizessem o favor de cumprir aquele preceito da Lei de Bases da Política de Solos e Ordenamento do Território, para que depois pudessem aprovar com a certeza que estariam a aprovar uma coisa que era de lei, que era obrigatória e que não tinha sido feita. -----

----- Continuou, referindo que o que a Lei de Solos dizia, artigo 64º e seguintes, era que o que tinha de haver era uma repartição equitativa dos benefícios e encargos por todo o território abrangido, e admitia uma afetação a fins sociais. -----

----- Salientou que a Lei de Bases da Habitação que, também, já tinha sido aprovada, e não sabiam se iria ser promulgada, ou não. Se fosse promulgada entraria em vigor e também seria eficaz, dizia que aquela afetação para fins sociais incluía habitação pública. Portanto, aquela repartição das mais-valias urbanísticas poderia ser afeta à habitação pública. -----

----- Referiu que todos aqueles dados eram importantes para poderem avaliar um plano que incidisse sobre o território mais valioso da Cidade de Lisboa, o qual tinha uma área bastante grande.-----

----- Continuou, afirmando que não estava garantida a igualdade entre todos os intervenientes, sendo que poderiam ter ainda aquela possibilidade. -----

----- Pensava que, se todos estivessem de acordo, o que tinha para propor relativamente àquela matéria era que não iria agendar o PUALZE naquela fase de julho. Iria propor à 3ª



Comissão Permanente uma recomendação expressa a qual teria que ser agendada, uma vez sendo aprovada pelo Plenário para que pudessem dar seguimento ao processo com a metodologia toda que propunham, e com aquela metodologia aprovada, a Câmara teria que executar a parte que lhe competia, pelo que poderiam aprovar aquilo sem quaisquer dificuldades e sem estarem a correr o risco de poderem aprovar uma coisa, a qual não estaria certa, porque não tinham encontrado a maneira de a corrigir. -----

----- Quanto às restantes matérias, queria ver se as conseguiriam resolver até ao fecho dos trabalhos naquela fase de julho. -----

----- Resumindo, disse que não agendaria petições, iria agendando as propostas dos grupos municipais à medida que iam chegando, iam sendo incluídas. -----

----- Da Câmara a única indicação que tinha era que havia uma urgência mas que pensava que poderia ser agendada para dia 23 de julho se tivesse tudo conforme. -----

----- Também uma ou duas delegações de competências, assunto em que as Comissões costumavam ser rápidas a analisar. -----

----- A Alteração da Orgânica Municipal também tinha dificuldade em fazê-la à pressa, mas iria dizer qual era o problema. Apesar da objeção de algumas forças políticas, tinha sido aprovado pela Assembleia aquela questão de aceitar aquele assunto da delegação de competências. Uma das aceitações que iriam ter era em matéria de educação, e em matéria de educação a indicação que tinha da Câmara era que seria preciso fazer uma adaptação da orgânica para receberem as competências que iriam receber. E tinham, ainda, o ano letivo que começaria em setembro. Portanto, caso assim fosse entendido, daria prioridade àquele assunto. -----

----- O outro assunto que estava relacionado com os portos, e pediu ao Senhor Vereador, Vice-presidente, que verificasse se não tinha havido um adiamento do prazo de pronúncia. Já se tinham pronunciado, mas tinha tomado conhecimento que o adiamento do prazo de pronúncia seria até ao fim de setembro, mais precisamente dia 30 de setembro. E se o prazo de pronúncia tinha sido adiado, o assunto dos portos poderia esperar por setembro. Mas veriam já a da educação porque aquela teria implicações no ano letivo. -----

----- Informou que, ainda, não tinha chegado nada à Assembleia, e que tudo aquilo eram previsões, razão pela qual estavam ali reunidos para que pudesse informar das previsões que havia. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** referiu que relativamente às matérias ali enunciadas, concordavam com as mesmas, aliás, relativamente à questão do PUALZE disse que tinha sido uma matéria já discutida algumas vezes, em Conferência de Representantes. Afirmou que estava com a mesma dúvida a qual se prendia com o facto de a Câmara ter aprovado uma segunda alteração ao PUALZE sem que a primeira fosse deliberada na Assembleia Municipal. Julgava que aquele procedimento, em si, necessitava de uma confirmação, se para aprovar uma segunda alteração seria necessário ser aprovada a primeira ali, naquela Assembleia. E, por isso, consideravam correta a proposta que a Senhora Presidente tinha feito, e que era aquele assunto ser discutido na 3ª Comissão



Permanente porque a mesma poderia, exatamente, emitir o parecer para a Câmara Municipal.-----

----- Além do mais, referiu que tal como tinha dito a Senhora Presidente, e bem, que a Lei 31/2014, a Lei de Bases da Política de Solos e Ordenamento do Território, previa um conjunto de mecanismos de redistribuição, os quais não se verificavam na proposta inicial, e que na segunda, apesar de haver uma proposta de redistribuição, naquele caso, específica, de duas parcelas, as outras não eram analisadas. Tinha que haver uma análise global ao nível de redistribuição e, acima de tudo, do papel da Câmara, e já ali tinham feito aquela intervenção, relativamente a quais é que deveriam ser os benefícios para a Câmara Municipal e para a cidade de uma intervenção daquele género, e de uma alteração do PUALZE.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que era muito estranho ir ali aquela matéria que era muito importante, e estando a serem sujeitos, por forças financeiras exteriores, com pedidos de reunião, especificamente, grupo a grupo, que tinham rejeitado, mas era estranho que o parecer jurídico da Câmara não tivesse falado daquela matéria que a Senhora Presidente apresentava ali.-----

----- Tomavam nota e estavam de acordo com todas aquelas diligências no sentido de esclarecer de forma clara toda aquela situação, muito bem fundamentado porque havia várias forças presentes, e existiam duelos que sentiam, mas que não entrariam neles. Não os aceitavam.-----

----- Quanto à questão da Alteração da Orgânica na Educação, iriam esperar pela mesma, e logo veriam.-----

----- **A Senhora Presidente** referiu que julgava que os serviços jurídicos não tinham dado conta da situação que ali apresentou porque ninguém tinha colocado a questão naqueles termos. A pergunta feita era muito específica e que era a avaliação patrimonial não havia fundamento jurídico.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu de forma clara que há meses, quase há um ano, que andavam com aquele assunto pendente. Pelo que convinha que os serviços da Câmara, ligados ao urbanismo, tivessem ideias claras sobre aquela matéria. Portanto, ou tinham e excluíram, deliberadamente, ou não tinham, o que revelava alguma incapacidade do entendimento das coisas.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que relativamente à questão do PUALZE concordava com a proposta da Senhora Presidente, apenas gostaria de saber se a Senhora Presidente teria disponibilidade na próxima quarta-feira. Não tinha. Tudo certo. Veriam, posteriormente, uma data. Já havia uma reunião agendada.-----

----- Relativamente ao PUALZE concordava com a sugestão da Senhora Presidente até porque aquilo que a Senhora Presidente tinha descrito sobre a sua preocupação, e enquanto não tinha estado presente, achou sempre que deveriam esperar pelo seu regresso para que pudesse perceber melhor, a questão que levantou, e achava que nenhum dos presentes tinha percebido a profundidade da mesma, pelo que quando receberam o



parecer jurídico da Câmara também não a tinham colocado. Assim, a proposta que a Senhora Presidente tinha feito parecia-lhe a mais acertada sobre o assunto do PUALZE. --

----- Continuou, referindo que tinham uma petição, a Petição nº 12/2019, “Stop Torre 60m Portugália”, e a 3ª Comissão Permanente tinha enviado uma proposta de audição pública que o CDS-PP julgava ser importante fazê-la, ainda no decurso do corrente mês. Assim, gostaria de perguntar qual a possibilidade de realizar aquela audição pública, provavelmente não daria durante aquela semana, mas talvez na semana seguinte. -----

----- Também, deu nota de que na próxima quarta-feira, a Comissão iria discutir o relatório das Petições números 30/2018 e 34/2018. Como se tratava de uma matéria muito antiga, e estando a falar de alterações ao Miradouro de Santa Catarina que, aliás, já se encontrava em obras, pelo que a questão já estaria, praticamente, resolvida, mas achava que seria importante incluí-la numa ordem de trabalhos em julho. A ideia era despachar o assunto já que se deixassem para outubro faria um ano que aquele assunto decorria na Assembleia, sendo que a situação já estava resolvida. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que só não agendavam petições que já se encontravam prontas pela razão de que os Senhores Peticionários não poderiam comparecer no Plenário. Estando prontas, as mesmas eram imediatamente, agendadas. Agora, quando os peticionários diziam que não lhes dava jeito, solicitando que fosse agendada para mais tarde, era isso que fazia. -----

----- Quanto á questão da realização da audição pública, concordou, e deu indicações ao seu gabinete para ir tratando dos preparativos. Era para ser feito naquela semana mas não tinham sido feitos os contactos, pelo que não iria ser possível. Mas para a semana a seguir, dia 18 de julho, era a proposta que fazia ali, sendo que o seu gabinete encarregar-se-ia de estabelecer os contactos necessários para o que estava previsto, tratava-se de uma audição da 3ª Comissão Permanente, promovida por aquela comissão, mas havia ali um dado muito importante e que justificava o adiar por uma semana, e pedia ao seu gabinete que solicitasse junto do Gabinete do Senhor Vereador Manuel Salgado que informasse a Assembleia qual era a alteração do projeto que, entretanto, tinha aparecido, pois tinha tomado conhecimento através dos jornais que o quarteirão da Portugália, afinal, o projeto que estava em discussão já não era o projeto inicial, era um projeto com menos onze metros de altura. Referiu que seria bom que todos ali pudessem conhecer os dados, por isso iria pedir o processo todo completo. E aquele novo projeto que já tinha aparecido nos jornais, gostaria que todos tivessem acesso ao mesmo. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)** referiu que acabava de chegar, pelo que iria retomar de forma séria as suas funções. -----

----- Disse que o MPT concordava com o que a Senhora Presidente tinha apresentado. ----

----- Agradecia a todos a paciência que tinham tido ao longo daquele ano e meio, de alguns incidentes que o Grupo Municipal do Partido da Terra tinha criado, pelo que gostaria de informar que estava tudo resolvido e que o Partido Da Terra tinha todo o assunto controlado e esperava que não se voltasse a repetir. -----



----- **A Senhora Presidente** disse que a consequência direta daquilo que o Senhor Deputado José Inácio Faria tinha acabado de referir, já era do conhecimento da Assembleia e que se tratava da passagem do Senhor Deputado Municipal Raúl Santos a Deputado Municipal Independente. Portanto, dificuldade acrescida para a Mesa, e para o processo regimental, mas lá chegariam.-----

**Ponto 4. Atualização do Calendário (doc. 4)**-----

----- **A Senhora Presidente** continuou, referindo que tinham previsto para dia 16 de julho a continuação da Sessão Ordinária de Junho e teriam que manter aquela calendarização para que fossem analisadas as contas, teria que ser em sessão ordinária, e teria que ser na Sessão Ordinária de Junho, nos termos legais.-----

----- Para o dia 23 de julho propunha uma Sessão Extraordinária, mas sem a realização das Declarações Políticas, novamente, para que o tempo fosse aproveitado para dar despacho aos assuntos que estavam pendentes. Poderia ser extraordinária, ou ordinária. Se fosse continuação da ordinária não haveria o período de intervenção do público. Se fosse extraordinária realizar-se-ia o período de intervenção do público. Mas logo veria as matérias e o tempo de que dispunham.-----

----- No entanto, disse que gostaria, igualmente, de ter o máximo de público possível. Também não eram os quinze minutos de público que prejudicariam a dinâmica da sessão, pelo que, eventualmente, seria uma extraordinária para dar possibilidade ao público para intervir, já que na sessão do dia 16 de julho não iria haver intervenção do público.-----

----- Depois, disse, que em setembro só iriam ter duas reuniões, sendo que era uma sessão ordinária, obrigatória.-----

----- Aquelas eleições que estavam marcadas não eram muito relevantes do ponto de vista da Cidade de Lisboa porque eram as Eleições Regionais da Madeira. Assim, poderiam ter, ou não, a sessão de 22 de setembro, logo veriam quando começaria a Campanha Eleitoral Legislativa, aquela sim, era relevante.-----

----- Comunicou que a Senhora Diretora Paula Levy tinha confirmado que a Campanha Eleitoral teria início a 22 de setembro, sendo que naquele período tinham o princípio de não reunirem, portanto, manteriam o mesmo.-----

----- Portanto, o que ficava combinado relativamente ao calendário era que fariam uma sessão extraordinária no dia 23 de julho, sendo que agendariam o máximo de assuntos pendentes para que os mesmos ficassem concluídos.-----

----- O resto do calendário era o que já estava previsto.-----

**Ponto 5. Metodologia para conclusão da análise do Regimento**-----

----- **A Senhora Presidente** disse que, ainda, não tinha tido tempo para analisar com o máximo de atenção e cuidado que mereciam todas as propostas apresentadas, mas pedia, caso houvesse disponibilidade de todos, que aquele processo fosse concluído em setembro. E passava a explicar os motivos.-----

----- Disse que antevia, e poderia estar completamente errada, mas antevia que houvesse mais algumas decisões dos Senhores Deputados relativamente se estariam, ou não, nos grupos por causa das listas para a Assembleia da República. Afirmou que aquelas coisas





tinham sempre consequências. Iriam perceber, com a apresentação das listas. Se houvesse consequências iriam ser a seguir, e iriam perceber isso na altura. -----

----- Referiu que seria mais sensato deixarem passar o mês de julho, deixar que as listas fossem todas apresentadas, e depois na primeira reunião de setembro, que seria no dia dez, na semana anterior não faziam reunião de Assembleia, mas poderiam fazer a Conferência de Representantes e a reunião do Grupo de Trabalho do Regimento, preparando as coisas na semana anterior, sendo que já seria uma semana sem Assembleia mas direcionada para preparar aqueles assuntos, no sentido de serem mais prudentes para que depois não fossem surpreendidos com a situação de terem de voltar a ajustar grelhas. Disse que se sentia mais confortável que fosse daquele modo e, por aquele motivo, propunha que assim fosse. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN)** referiu que o PAN não via qualquer inconveniente que o Regimento fosse concluído em setembro. No entanto, salientou que qualquer solução deveria ser, existindo um, ou mais Independentes, deveria ser para assegurar o exercício de funções dignamente mas sem gerar, ali, uma disfunção de forças e de participação em relação às forças políticas que tinham sido diretamente eleitas.

----- Salientou que até à altura, poderia ser importante, até porque todos tinham recebido o *email* do Senhor Deputado que exercia o seu mandato como Independente, Rui Costa, pelo que achava ser importante haver ali algum diálogo com todos os Senhores Deputados Independentes no sentido de assegurar que todas as participações até lá estariam acauteladas e os tempos equitativamente geridos para não criar ali um problema maior face ao teor do *email* que tinham recebido. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que tinha recebido o *email* e que naturalmente, os Senhores Deputados poderiam recorrer a todas as instâncias, instâncias externas a menos que estivessem a praticar alguma irregularidade gravíssima, enfim, o Senhor Deputado era senhor daquilo que entendesse fazer. -----

----- Informou que fazia intenções de reunir diretamente com todos os Senhores Deputados Independentes para os ouvir e para perceber, uma vez que não havia um grupo de independentes, teria que ser um a um, teria que os ouvir a todos. Não faziam parte da Conferência de Representantes, estava algumas vezes presente um Senhor Deputado Independente mas não havia ali uma função de representação, e aquela era uma das razões pela qual pretendia tratar daquele assunto só em setembro no sentido de acertar não só o problema dos tempos, mas também o problema das comissões, porque para acertarem as comissões teria que fazer as contas todas uma vez mais, das proporcionalidades, porque o critério da constituição das comissões partia do pressuposto de que a proporcionalidade das forças políticas dentro da comissão correspondia à vontade eleitoral. Logo, para conseguirem garantir que assim fosse, se houvesse entradas e saídas, teriam que ser ajustadas àquele critério. -----

----- Referiu que era preciso analisar o conjunto, ouvir os Senhores Deputados Independentes para saber qual era a intenção e depois levar ali uma proposta sendo que posteriormente, teria que a mesma ir a Plenário independente do Regimento que era a



proposta das comissões, pois se houvesse acertos a fazer os mesmos teriam que ser aprovados pelo Plenário, pois não tinham poder para alterar a composição das comissões, teria que haver uma deliberação do Plenário. -----

----- Pensava que os mais recentes Deputados Independentes sentiam-se um pouco prejudicados na medida em que aquilo ainda não tinha que ser resolvido e que alguns deles já tinham declarado a sua independência há algum tempo, estando sem acesso ao direito que tinham à senha de presença, por exemplo, embora tivessem acesso à participação em todas as reuniões.-----

----- Deu como exemplo a sua situação na Assembleia da República, em que tinha deixado de pertencer a um grupo de trabalho por causa da questão da habitação, mas que tinha ficado nesse grupo mesmo sem pertencer. Portanto, podiam sempre participar. Todos os deputados tinham o direito a participar em todos os trabalhos da Assembleia Municipal. Podiam querer participar, ou não. Mas isso já era outra questão. -----

----- Quanto ao direito à senha de presença era só para os membros das comissões.-----

----- Aquele era um ponto sensível, pelo que teriam de o resolver. Fazia questão de falar com todos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que concordava com o que a Senhora Presidente tinha dito, não tinha era tanta fé que se conseguisse resolver a questão do Regimento em setembro, até porque não iriam ter muito tempo disponível para isso.-----

----- Achava que havia duas questões que tinham que ser resolvidas, e poderia ser com uma decisão em Plenário, não tinha que ser feita alteração á totalidade do regimento, e que era por um lado as comissões, e achava que havia algumas propostas interessantes em cima da Mesa, se bem que achava que naquele caso até deveria ser a Senhora Presidente a pedir ao Senhores Deputados que exerciam o mandato como Independentes de apresentarem soluções. O CDS-PP já tinha pensado numa solução que achava ser viável para todos. Mas achava que deveria ser, em primeiro lugar, os Senhores Deputados que exerciam o mandato como Independentes a proporem soluções, uma vez que aqueles teriam que ter direitos mínimos face às forças políticos e grupos apartidários. -----

----- Quanto à outra questão a mesma tinha a ver com as grelhas e achava que não havia problema nenhum em apresentarem uma proposta sobre as grelhas de tempos partindo de uma base e depois a partir da mesma, as duplicações e triplicações que faziam. -----

----- Concluiu que aquela poderia ser uma decisão só tomada em setembro, e dizia aquilo porque achava que não iriam conseguir despachar o regimento naquele mês. -----

----- Alertou que deveriam tentar, ao máximo, e era um assunto que dependia de cada um, que não houvesse nenhum alarido sobre aquela questão do regimento, e não era só por causa de uma campanha eleitoral, mas em vez de andarem concentrados naquilo que não podiam adiar, andarem ali a discutir, não eram questões menores, mas de funcionamento e que poderiam ser resolvidas com a questão das comissões e dos tempos, pensava que o assunto ficaria apaziguado até outubro e até concluírem, de vez, o assunto do regimento.--



----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** referiu que relativamente àquela questão dos Deputados Independentes, era evidente que aquela era uma questão complexa, tinha sido debatida em todas as instâncias daquela Assembleia Municipal. -----

----- O Grupo de Trabalho do Regimento tinha debatido o assunto com mais intensidade, tendo sido apresentadas várias propostas sobre aquela matéria.-----

----- E referindo-se à Senhora Deputada Municipal Inês Real, disse que da parte dos seis Deputados Independentes do “ Movimento Cidadãos Por Lisboa”, havia, desde o início, uma tentativa de, junto dos restantes Deputados Independentes, procurar uma plataforma mínima de colaboração. Tinham apresentado várias propostas naquele sentido, que não tinham sido aceites, pelo que agradeciam a mediação da Senhora Presidente relativamente àquela matéria porque, até à data, não tinham tido qualquer resposta positiva dos outros Deputados Municipais Independentes. -----

----- Tinham toda a preocupação de acordo em que a sua participação fosse, não só digna no sentido de ter todas as condições, mas também equitativa. De facto, muitas vezes tal não acontecia, razão pela qual tinham manifestado o facto e estavam muito interessados na revisão do regimento naquele sentido. -----

----- Não se opunham para que tal assunto passasse para setembro, mas faziam um apelo para que aquela matéria fosse resolvida dentro do possível, até porque desde o início que a sua posição tinha sido a de favorecer o bom funcionamento dos trabalhos daquela Assembleia, pelo que achava que aquela questão teria que ser resolvida para que tal acontecesse.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que tinha a ideia que dada a situação que tinha sido criada, e aquele interregno porque tinha sido, realmente, uma atitude que o Senhor Presidente em exercício tinha tomado, e que foi desligar as reuniões que iam tendo no Grupo de Trabalho do Regimento, e a Senhora presidente por razões próprias, ou de gestão do seu trabalho, também tinha adiado por duas vezes a reunião, e a ideia que mais se configurava para si era que estavam a tratar com matéria que tinha uma profundidade tal que obrigava a uma solução adequada para o futuro. Não era só para aquela situação, mas também para o futuro, encontrar as bases sérias de funcionamento que fosse estável, prevendo um futuro ainda mais complexo. -----

----- Encontrar-se-iam, fosse em setembro, fosse em outubro, no sentido de encontrarem em conjunto uma base sólida de funcionamento da Assembleia. Tinham a obrigação de encontrar as soluções mais adequadas e que reunisse o maior apoio possível para que pudessem continuar a trabalhar, porque tal situação tinha sobressaltado os trabalhos da Assembleia e das comissões.-----

----- **A Senhora Presidente** referindo-se ao Senhor Deputado Modesto Navarro, disse que gostaria de dizer-lhe que a sua intervenção não era compatível com o Senhor Deputado Diogo Moura. Podiam desbloquear a questão das comissões e a questão das grelhas e que eram questões específicas, mesmo que fosse somente provisório. E entretanto, faziam uma reflexão profunda, procurando uma solução que fosse equilibrada. Aquela geometria variável poderia, sempre, acontecer, mas tinha que haver uma base que



era a do regime eleitoral que tinham em Portugal e que era o *Método d'Hondt* que era um sistema por listas partidárias, ou por listas de independentes mas que naquele momento todos os independentes que tinham na Assembleia não tinham sido eleitos por listas de independentes, eram portanto independentes porque não se tinham inscrito em grupos, portanto, tinham ali uma situação que teria que ter uma gestão sensata porque caso contrário tornar-se-ia numa situação ingerível. Tinha de haver um equilíbrio, teriam de ter o mínimo de estabilidade. -----

----- Portanto, ambas as intervenções eram importantes, e agradecia a compreensão dos presentes, pedindo desculpa pelos seus interregnos e pelos dois adiamentos da reunião do Grupo de Trabalho, afirmando que tinha sido por sua incapacidade de se dedicar ao assunto da melhor forma possível pelas razões que eram públicas pois até à semana anterior tinha estado inteiramente dedicada a ter um resultado legislativo, o qual tinha sido conseguido. -----

**Ponto 6. Outros assuntos;** -----

----- **A Senhora Presidente** continuou, referindo que a Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira tinha enviado um *email* para o seu gabinete a pedir o agendamento a 16 de julho de mais um debate temático sobre solos contaminados, e que era um tema verdadeiramente importante, mas tinha dúvidas sobre se podiam continuar a agendar debates temáticos, naquela fase. -----

----- Saliou que em outubro iniciar-se-ia um novo ciclo dentro do mandato. Era o mesmo mandato mas iria iniciar-se um novo ciclo político por razões óbvias. -----

----- Lembrou que, ainda, tinham uma série de debates com relatórios por fechar. -----

----- Disse que estavam muito condicionados em termos de agenda. Poderia sempre agendar a proposta para que se realizasse aquele debate temático, mas gostaria de ouvir os presentes para saber a opinião de todos. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** referiu que o PEV tinha tido aquela iniciativa que demonstrava, claramente, a preocupação que tinham para com aquele problema, mas também devido às notícias mais recentes sendo que aquele era um problema que estava longe de ser resolvido na Cidade de Lisboa. -----

----- Tendo em conta, igualmente, a responsabilidade que a Câmara Municipal de Lisboa tinha para com aquela matéria, não só de fiscalização de obras, como também de divulgação de documentação, estudos, etc., era importante ouvir a Câmara e por aquela razão tinham proposto a realização do debate temático, mas que podiam ver através do Grupo Municipal se havia uma outra alternativa que pudesse servir aquele propósito, mas também ouvirem representantes do Governo, da APA, da CCDR, os moradores, nomeadamente, os do Parque das Nações, etc. -----

----- Tinham, igualmente, pensado na possibilidade, por exemplo, de poder ser um debate de atualidade tal como tinham já proposto no mandato anterior, o qual tinha sido feito. Mas que naquele caso, só os Grupos Municipais e a Câmara Municipal teriam oportunidade de intervir, e pensavam que sobre aquele tema seria importante ouvirem outras entidades. -----



----- Salientou que uma das outras questões tinha a ver com a Comissão Técnica da qual a Câmara Municipal fazia parte. Tinha sido aprovada uma recomendação apresentada pelo PEV no sentido de a Câmara exigir junto do Governo e das outras entidades que aquela Comissão Técnica para acompanhamento dos solos retomasse funções, o que não se veio a verificar, pelo que gostariam de saber o que é que a Câmara tinha feito em relação àquela matéria. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que para além da figura do debate de atualidade, havia mais duas figuras que podiam ser utilizadas, uma que era o chamado debate específico cujo modelo nem sequer estava definido no regimento, era o que quisessem, portanto, poderiam sempre propor ali na Conferência de Representantes o modelo específico, mais curto, e tinham a possibilidade de fazer o que iam fazer em breve sobre o quarteirão da Portugália e que era uma audição pública mas que ao invés de ser promovido numa sessão da Assembleia Municipal, seria a 4ª Comissão Permanente, naquele caso, a promover, se a mesma estivesse de acordo, sendo que aquela seria também uma solução possível. Decorria, igualmente, na sala de Plenário, ouvir-se-ia o público, também, mas não era uma sessão da Assembleia Municipal com os Deputados todos convocados. Era só para quem pudesse e quisesse vir. -----

----- A iniciativa era do PEV, pediu que ponderassem sobre aquelas possibilidades, sendo que para aquela altura tinha algumas dificuldades em agendar um debate temático uma vez que setembro tinha também um calendário bastante difícil. -----

----- Pediu ao PEV que ponderasse sobre o assunto. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que sobre os debates temáticos, numa comissão realizada na semana anterior, tinha havido um partido que tinha falado em apresentar uma proposta de debate temático, e não tinha sido o PEV. E em conversa com os seus colegas de bancada, tinham considerado que não deveria haver mais nenhum debate temático enquanto não fechassem os relatórios dos cinco debates que estavam pendentes. Até por respeito àqueles debates. -----

----- Referiu que, como já tinha sido ali dito, havia outras formas regimentais de poder discutir os temas. -----

----- Mas, por exemplo, a Comissão de Ambiente, naquele momento, não seria uma audição pública, mas que iria ter na agenda entre sete a dez audições por causa do aeroporto. E só sobre a questão ambiental. Ainda se está a pensar se a Comissão de Mobilidade não há de entrar com o Aeroporto do Montijo e as outras alternativas que podiam ser, mais uma vez, colocadas. -----

----- Resumiu, dizendo que já tinham tanta matéria, pelo que gostaria de apelar a que houvesse um certo cuidado e que principalmente, respeitassem os debates temáticos que já se tinham realizado dado que os respetivos relatórios já tinham meses de atraso, bem como a sua discussão em Plenário. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** referiu que ia no fundo, reforçar a sugestão que tinha sido ali feita pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. No caso na 3ª Comissão, tinha sido o próprio que tinha apresentado, tendo



sido aprovado por unanimidade a realização de uma audição pública relativamente a uma matéria que era uma petição sobre o quarteirão da Portugália. -----

----- Aquele formato permitia, de facto, ouvir vários intervenientes, permitindo que a Comissão pudesse fazer uma proposta à medida. Naquele caso, o que tinha sido proposto e que, depois, julgava que iria para todas as forças políticas, mas que já tinha sido aprovado na 3ª Comissão, tinha sido, precisamente, uma audição onde, para além de estar a Câmara e estar outros intervenientes, e naquele caso, o do projeto, os peticionários, aberto ao público, entidades convidadas, no fundo, permitia desenhar um formato à medida que poderia fazer, também, sentido, naquele caso, dado ser uma questão muito específica, ou seja, como também tinha um conjunto de aspetos técnicos muito específicos, tal como o do quarteirão da Portugália, faziam e reforçavam aquela sugestão de que, também, uma audição pública da 4ª Comissão, naquele caso, poderia ser um bom formato relativamente àquele debate. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que deixava aquela matéria à consideração da Senhora Deputada Cláudia Madeira para que visse juntamente com o seu grupo o que é que pretendiam fazer. -----

----- Naquele momento não iria agendar para 16 de julho enquanto não dissessem o que pretendiam. Ficava assim combinado. Ficaria em suspenso até quando o PEV dissesse como é que pretendia conduzir aquela iniciativa. -----

----- Informou que até ao final dos trabalhos, em julho, não teriam necessidade de realizar Conferência de Representantes. Se visse que havia alguma necessidade, convocaria. Mas tinham o calendário fechado, tinham as matérias mais ou menos fechadas, se visse, no entanto, que havia alguma necessidade convocaria a Conferência de Representantes. Se houvesse alguma novidade faria, por *email*, chegar a todos. -----

----- Agradeceu a todos. -----

----- **Durante a reunião** foram distribuídos os seguintes documentos que se anexam à presente ata e dela fazem parte integrante: -----

----- Doc 1 – ata nº 33, 08.04.2019. -----

----- Doc 2 – Preparação da reunião plenária de 09.07.2019. -----

----- Doc 3 – Lista de matérias e assuntos pendentes. -----

----- Doc 4 – Atualização do Calendário -----

----- Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas quinze horas e vinte e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pelos membros que compõem a Mesa. -----

A Presidente \_\_\_\_\_